
CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

Ata da: **78ª Reunião**
Local: **Reunião virtual**
Data: **24.09.2020**
Início: **09:00 h**
Término: **12:00 h**

Presidente: Fábio Villas Bôas
Secretária Executiva: M. Heloisa Pádua Lima de Assumpção

1. PARTICIPANTES

Edison Borges Lopes – ASBEA
Fábio Villas Bôas – SINDUSCON SP – COMASP
Geraldo de Paula Eduardo – APEOP
Laura Marcellini – ABRAMAT
Lilian Sarrouf – SINDUSCON SP – COMASP
Pamela Barbosa – ABCR
Rivaldo Franca Mello – AESAS
Rodrigo Bicalho – SECOVI
Vladimir José Iszlagi – ABRAINCO
Camilo Fragoso Giorgi – CETESB
Christiane Hatsumi Tajiri – SIMA - CPLA
Fabiano Tofolli – CETESB
Márcia Sayuri Ohba – CETESB
Maria Heloisa P. L. Assumpção – CETESB
Rodrigo Passos Cunha – CETESB
Solange Medeiros Miranda – CETESB
Vivian Marrani Marques – CETESB

2. ASSUNTOS TRATADOS

Heloisa esclareceu que a ata da última reunião foi encaminhada a todos, por e-mail, consultou se alguém teria alguma contribuição e como não houve manifestação, a ata foi considerada aprovada.

Fabio passou a palavra ao Rodrigo Cunha, coordenador do GT de Rodovias, que informou que, com relação à revisão da Resolução SMA 30/2000, que dispõe sobre o licenciamento/cadastramento de áreas de apoio em rodovias, o produto foi concluído e que falta a última etapa de publicação. Ele ficou de ver com a Divisão de Coordenação Setorial - PDC como será o trâmite administrativo. Informou que após a publicação dessa revisão, serão necessários alguns ajustes pontuais na Resolução SMA 70/2018, em função do DOF, do sistema o IBAMA e quanto as supressões emergenciais. Propôs que os ajustes fossem feitos pela CETESB/SIMA, ouvido o setor e reportado à Câmara Ambiental. Expos ainda, a dificuldade de aprovação quando envolve consulta pública ou o Consetma e, também, o risco de judicialização, o prejudicaria o avanço que a resolução representa. Fabio propôs uma avaliação jurídica quanto ao trâmite a ser adotado, o que ficou de ser feito. Vivian afirmou que após as alterações, a PDC poderia efetuar a consulta ao jurídico.

Rodrigo falou dos dois novos temas relativos a rodovias pretende atuar: o de regularização, cuja proposta de trabalho para formalização ele já efetuou e passou para validação do setor . O cronograma de trabalho seria de 12 meses. Consultou quanto ao prazo estabelecido pelo regimento e a Heloisa esclareceu que o assunto é muito complexo e que haveria justificativa para dilatar o prazo, o que foi confirmado pela Vivian. O segundo tema é o desenvolvimento de um plano de mitigação de atropelamento de fauna em rodovias. Esclareceu que a CETESB tem se preocupado muito com o tema e tem atuado junto ao Ministério Público. Considera que a Câmara é o melhor canal institucional para trabalhar a questão junto com o setor, que também tem sentido necessidade de regramento. O tema regularização seria coordenado por ele e da fauna pelo Camilo.

Foi efetuada uma apresentação de slides pelo Camilo relativos ao tema de atropelamento de

fauna. Esclareceu que os dados preliminares quanto ao número de animais de médio e grande porte atropelados, obtidos com a aplicação da DD 141/2018/I que trata das diretrizes para destinação de carcaças e registro de atropelamentos, são alarmantes e que a implantação de medidas mitigadoras poderia reduzir em até 86% os atropelamentos.

Rodrigo afirmou que se a Câmara aceitar o tema de atropelamento de fauna, ele fará a proposta formal para a criação desse GT. Foi aprovado a criação do GT no âmbito da Câmara Ambiental. Fabio ressaltou a importância de campanhas públicas de conscientização e que poder-se-ia buscar patrocinadores.

Lilian relatou que foi aprovada a Portaria 280/2020 que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR, que o SindusConSP teve uma reunião com o Sr. Luiz Gonzaga, da ABETRE. que esclareceu que o MTR equivaleria a emissão do Controle de Transporte e Resíduos- CTR, mas, que ainda não ficou claro como se dará a interface dos sistemas SIGOR RCC e MTR e ainda, do sistema da Prefeitura de S. Paulo. Sugeriu que um Grupo de Trabalho fosse criado para isso. Fabio propôs que antes fosse realizada uma reunião com o João Potenza para esclarecimento do assunto.

Christiane, coordenadora do GT de Sustentabilidade, esclareceu que esteve muito envolvida com a revisão do Plano Estadual e Resíduos Sólidos - PERS, pediu desculpas por não ter enviado as propostas de diretrizes e critérios de sustentabilidade para direcionar editais da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC e ficou enviar e de apresentá-las na próxima reunião da Câmara. Esclareceu que o Plano está em fase de consulta pública e que existe um capítulo relativo a RCC. Heloisa esclareceu que, por ocasião da elaboração do capítulo, entrou em contato com a Lilian para eventuais sugestões e ressaltou a importância das manifestações nessa fase de consulta pública.

Fabio relatou que existem inúmeras iniciativas para implementar o conceito de sustentabilidade de forma definitiva nas obras. Falou da importância do GT participar das discussões com o Santander, a CAIXA e a Febraban e que é importante a questão das métricas, com graus e notas, tendo empreendimentos como referência.

Márcia, coordenadora do GT Solo, informou que em 18.09 houve uma reunião onde foi discutido e minutado o documento com os questionamentos do GT a serem endereçados ao Departamento de Áreas Contaminadas e que o mesmo será complementado pelo Rodrigo Bicalho com uma questão antes do seu encaminhamento. Ressaltou a necessidade de alteração da Resolução CONAMA 307/2002, excluindo o solo da Classe A.

A próxima reunião plenária da CA Construção foi agendada para 25.11.2020, às 9 h.